

Curso Trabalho Social com Famílias



NOME DO CURSO: Trabalho Social com Famílias

Domine as metodologias, referenciais teóricos e diretrizes operacionais do trabalho social com famílias no âmbito da assistência social e das políticas públicas. Este material aborda desde a fundamentação histórica e conceitual até a gestão de vulnerabilidades, escuta qualificada, elaboração de Planos de Acompanhamento Familiar (PAF) e articulação em rede intersetorial. Desenvolva competências práticas e táticas operacionais para a gestão de riscos, proteção social básica e especial, intervenção em situações de fragilidade e garantia de direitos humanos fundamentais.

#TrabalhoSocialComFamilias #AssistenciaSocial #SUAS
#AtendimentoFamiliar #ProtecaoSocial #VulnerabilidadeSocial
#AcompanhamentoFamiliar #ServicoSocial #DireitosHumanos
#PoliticasPublicas

O QUE VOCÊ VAI APRENDER:

Fundamentos teóricos, históricos e normativos do trabalho social com famílias no contexto das políticas públicas contemporâneas.

Metodologias de acolhida, escuta qualificada e diagnóstico socioterritorial aplicado à proteção social básica e especial.

Técnicas de elaboração, execução e monitoramento do Plano de Acompanhamento Familiar e do Plano Individual de Atendimento.

Estratégias de intervenção em situações de vulnerabilidade, risco social, violação de direitos e fragilização de vínculos.

Mecanismos de articulação da rede socioassistencial e intersetorial, englobando saúde, educação, justiça e habitação.

Diretrizes ético-políticas, gestão de processos e avaliação de impactos na atenção social continuada às famílias.

PÚBLICO-ALVO:

Assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais e demais profissionais que atuam no Sistema Único de Assistência Social.

Gestores, coordenadores e técnicos de Unidades de Atendimento como CRAS, CREAS, Centro POP e Acolhimento Acolhedor.

Profissionais das áreas de Saúde, Educação, Direitos Humanos e Poder Judiciário envolvidos na proteção social integrativa.

Estudantes de pós-graduação e pesquisadores interessados em aprofundar conhecimentos em intervenção familiar e políticas públicas.

Módulo 1: Fundamentos Históricos e Teóricos do Trabalho Social com Famílias

Aula 1.1: Evolução Histórica da Proteção Social e da Família

A trajetória histórica da proteção social voltada às famílias reflete as transformações socioeconômicas e políticas que moldaram o Estado moderno. Inicialmente caracterizada por ações assistencialistas, filantrópicas e moralizantes, a intervenção estatal junto às famílias esteve por muito tempo atrelada à tutela e ao controle comportamental, visando à adequação dos sujeitos às exigências produtivas e de ordem pública. Com a emergência dos direitos sociais no século vinte e a consolidação do Estado de Bem-Estar Social, a família passou a ser reconhecida como núcleo fundamental de proteção, demandando políticas públicas estruturadas e de acesso universal.

A compreensão contemporânea da família exige a superação de modelos tradicionais e a apreensão das diversidades organizacionais decorrentes das mudanças demográficas, econômicas e culturais. No Brasil, o marco da Constituição Federal de 1988 e a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social redefiniram a relação entre Estado, sociedade e família, atribuindo ao poder público o dever de garantir matricialidade sociofamiliar nas ações assistenciais. O trabalho social evoluiu, portanto, de uma prática pontual e punitiva para uma abordagem pautada na garantia de direitos, na emancipação dos sujeitos e no fortalecimento das capacidades protetivas das famílias em seus territórios.

Aula 1.2: Matricialidade Sociofamiliar no Sistema Único de Assistência Social

A matricialidade sociofamiliar constitui o eixo central de sustentação teórica e metodológica das políticas públicas de assistência social sob a égide do Sistema Único de Assistência Social. Esse princípio estabelece a família como núcleo focal das atenções, reconhecendo sua relevância primordial no processo de socialização, cuidado, apoio mútuo e construção de identidades individuais e coletivas. A centralidade na família não implica a transferência do dever estatal de proteção para o âmbito privado, mas sim o compromisso governamental de prover as condições materiais e institucionais necessárias para que os núcleos familiares possam exercer suas funções protetivas com dignidade.

A operacionalização desse conceito exige dos profissionais a compreensão da família como uma unidade dinâmica, atravessada por

contradições, desigualdades de gênero, raça e geração, e constantemente tensionada pelas vulnerabilidades econômicas e sociais. A intervenção pautada na matricialidade sociofamiliar afasta a culpabilização individual e busca identificar os determinantes macroestruturais que impactam a rotina familiar. Assim, as ações socioassistenciais devem estruturar-se de modo a articular apoios financeiros, acesso a serviços setoriais e intervenções psicossociais continuadas, promovendo o fortalecimento da autonomia e a quebra de ciclos intergeracionais de vulnerabilidade.

Aula 1.3: Transformações Contemporâneas nas Estruturas e Dinâmicas Familiares

As mudanças socioeconômicas e culturais das últimas décadas promoveram profundas alterações na arquitetura e na dinâmica de funcionamento das famílias contemporâneas. Observa-se a diminuição do tamanho médio dos domicílios, a pluralização dos arranjos familiares, o aumento substancial de famílias monoparentais chefiadas por mulheres e o envelhecimento populacional acelerado. Tais transformações impactam diretamente a divisão do trabalho de cuidado, as relações intergeracionais e as estratégias de sobrevivência econômica, exigindo dos técnicos do trabalho social uma leitura flexível e isenta de julgamentos morais acerca das novas configurações existentes no território.

As exigências do mercado de trabalho flexibilizado, precarizado e informal geram sobrecarga sobre os adultos responsáveis, afetando diretamente o tempo disponível para o convívio, a educação e a proteção de crianças e idosos. O contexto urbano segregado e a precariedade de infraestrutura

pública intensificam esses estresses cotidianos. O trabalho social qualificado deve acolher a diversidade de arranjos, tais como famílias anagráficas, reconstituídas, unipessoais e extensas, identificando as potencialidades e fragilidades específicas de cada arranjo para formular estratégias de acompanhamento personalizadas e efetivas.

Aula 1.4: Conceitos de Vulnerabilidade, Risco Social e Desproteção

Para intervir com precisão nas dinâmicas familiares, torna-se indispensável delimitar com clareza os conceitos de vulnerabilidade social, risco e desproteção no âmbito das políticas públicas. A vulnerabilidade social resulta da combinação entre a escassez de ativos materiais e imateriais das famílias e a precariedade de oportunidades oferecidas pelo meio socioeconômico e pelo Estado. Trata-se de um processo dinâmico que afeta a capacidade de resposta do núcleo familiar frente a eventos adversos, como desemprego, doença, violência e desastres socioambientais, podendo levar ao empobrecimento progressivo e à ruptura de vínculos.

O risco social, por sua vez, manifesta-se quando a vulnerabilidade se adensa e se concretiza em situações gravosas de ameaça ou violação de direitos, tais como trabalho infantil, exploração sexual, negligência, violência doméstica e acolhimento institucional. A desproteção social decorre da falha ou ausência das redes públicas de seguridade, deixando as famílias desprovidas de renda, serviços essenciais e suportes comunitários. A atuação técnica precisa mapear as interseções entre esses níveis, evitando generalizações e permitindo que as equipes

desenvolvam intervenções graduadas, preventivas na proteção básica e protetivas na proteção especial.

Aula 1.5: Marcos Legais e Normativos do Trabalho Social Familiar

A fundamentação da prática profissional no trabalho social exige o domínio aprofundado do arcabouço normativo que rege a proteção socioassistencial e as garantias de direitos fundamentais. A Constituição Federal de 1988 estabelece a seguridade social e os deveres do Estado para com a família, a criança, o adolescente, o idoso e a pessoa com deficiência. A Lei Orgânica da Assistência Social normatiza os objetivos, princípios e diretrizes do setor, definindo o caráter de política pública não contributiva voltada para a garantia do mínimo existencial e o provimento de seguranças sociais fundamentais.

A Consolidação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e as Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social e para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social instrumentalizam a prática diária. Essas normativas delimitam as atribuições dos serviços, os perfis do público atendido, a composição das equipes multidisciplinares e as metodologias de acompanhamento familiar continuado. O conhecimento rigoroso dessas diretrizes garante a padronização das ofertas públicas, previne a discricionariedade nas concessões de benefícios e assegura a ética profissional no atendimento aos cidadãos.

Módulo 2: Metodologias de Acolhida e Escuta Qualificada

Aula 2.1: Princípios da Acolhida Ética e Humanizada

A acolhida constitui a porta de entrada e a dimensão atitudinal transversal de todo o trabalho social desenvolvido com famílias no âmbito da assistência social. Trata-se de uma ação intencional e qualificada de recepção que busca estabelecer um vínculo inicial de confiança, segurança e respeito entre o usuário e o serviço público. A prática ético-política da acolhida exige a desconstrução de posturas burocráticas, inquisitórias ou paternalistas, garantindo um espaço de escuta livre de estigmas e preconceitos relacionados à condição socioeconômica, raça, gênero, orientação sexual ou arranjo familiar dos sujeitos.

A consolidação de uma acolhida efetiva pressupõe a preparação do ambiente físico e organizacional da unidade socioassistencial, assegurando privacidade, acessibilidade e conforto aos atendidos. A atitude profissional deve ser pautada no reconhecimento da cidadania do usuário, informando-o de maneira clara e transparente sobre seus direitos, o funcionamento da unidade e as possibilidades e limites da intervenção técnica. Uma acolhida qualificada minimiza a ansiedade da família em situação de crise, favorece a apreensão real de suas demandas e estabelece as bases metodológicas para o desenvolvimento do acompanhamento familiar posterior.

Aula 2.2: Escuta Qualificada e Comunicação não Violenta

A escuta qualificada representa um instrumento metodológico fundamental na apreensão das demandas complexas trazidas pelas famílias atendidas nos serviços socioassistenciais. Diferente de uma escuta passiva ou meramente informativa, a escuta técnica envolve a capacidade de apreender a totalidade da fala do sujeito, considerando seus aspectos verbais, não verbais, subjetivos e o contexto social em que está inserido. Essa prática exige do profissional alto grau de concentração, empatia estruturada, suspensão de julgamentos prévios e sensibilidade para captar sentimentos, medos, necessidades veladas e potencialidades subjacentes ao relato da crise.

A incorporação dos princípios da Comunicação Não Violenta potencializa a efetividade da escuta qualificada, permitindo a mediação de conflitos e o estabelecimento de diálogos construtivos em cenários de alta tensão emocional. A técnica orienta a separação entre fatos objetivos e avaliações morais, a identificação clara de sentimentos e necessidades não atendidas e a formulação de pedidos objetivos e exequíveis. Ao adotar esses pressupostos, os técnicos conseguem reduzir barreiras defensivas nos usuários, criar uma aliança de trabalho colaborativa e coresponsabilizar as partes no processo de superação de suas vulnerabilidades.

Aula 2.3: Processos de Triagem, Recepção e Triagem Técnica

Os procedimentos de recepção, triagem e encaminhamento inicial devem ser estruturados de forma a evitar a revitimização e a peregrinação institucional do usuário pelos serviços públicos. A recepção qualificada distingue-se da mera triagem administrativa por incorporar a avaliação técnica imediata das situações que demandam providências de urgência ou prioridade absoluta de atendimento. O fluxo de atendimento deve ser desenhado no organograma da unidade socioassistencial com clareza, definindo responsabilidades e tempo de resposta para que o cidadão receba as orientações adequadas desde o primeiro contato.

A análise técnica inicial visa dimensionar o grau de risco, a tipologia da vulnerabilidade apresentada e se a demanda enquadra-se na Proteção Social Básica ou Especial. É vedada a utilização da triagem como mecanismo de exclusão ou filtro burocrático para negação de direitos. Quando o serviço não for o destino adequado para o atendimento da necessidade apresentada, o profissional deve realizar o encaminhamento responsável, garantindo o contato prévio com a instituição de destino, a prestação de informações corretas e o acompanhamento do desfecho do encaminhamento realizado.

Aula 2.4: Diagnóstico Inicial e Apreensão de Demandas Expressas e Ocultas

O diagnóstico inicial no trabalho social com famílias representa a síntese reflexiva produzida a partir dos contatos preliminares, da acolhida e da análise documental. Esse processo visa ultrapassar a superfície das demandas expressas pelo usuário, que frequentemente se manifestam

sob a forma de solicitações pontuais de benefícios materiais e auxílios emergenciais. O dever do técnico é correlacionar essas solicitações imediatas com as determinações sociais mais amplas, identificando as demandas ocultas decorrentes da precarização do trabalho, violência doméstica, fragilização de laços afetivos ou adoecimento psíquico.

A apreensão das demandas veladas requer rigor teórico-metodológico para não cair no psychologismo individualizante nem no reducionismo econômico. O profissional deve investigar como a família vivencia sua realidade cotidianamente, quais são seus arranjos de sobrevivência, a divisão interna de responsabilidades e os recursos comunitários aos quais recorre. O diagnóstico inicial não é um rótulo estático, mas uma hipótese de trabalho dinâmica que orientará as metas do acompanhamento familiar, devendo ser continuamente revisada e pactuada com os próprios membros da família.

Aula 2.5: Privacidade, Sigilo Profissional e Gestão de Informações

O tratamento de informações confidenciais e a preservação do sigilo profissional constituem imperativos éticos e legais inegociáveis no trabalho social com famílias. Durante o atendimento psicossocial, os usuários compartilham aspectos íntimos de suas trajetórias de vida, segredos familiares e fragilidades dinâmicas. O respeito à privacidade é pressuposto para a manutenção do vínculo de confiança e para a garantia da dignidade da pessoa humana, sendo respaldado pelos Códigos de Ética Profissional dos técnicos de Serviço Social e Psicologia, bem como pela legislação de proteção de dados.

A gestão da informação nos serviços socioassistenciais exige rigor no armazenamento de prontuários físicos e no preenchimento de sistemas eletrônicos de registro de atendimentos. As discussões de caso em equipes multiprofissionais e os relatórios técnicos destinados a órgãos externos, como o Poder Judiciário ou o Conselho Tutelar, devem restringir-se às informações estritamente necessárias para a garantia de direitos ou proteção de pessoas em risco. O compartilhamento desnecessário de fatos da vida privada configura infração ética, violação de direitos do usuário e compromete irremediavelmente o processo de acompanhamento familiar.



Módulo 3: Diagnóstico Socioterritorial e Leitura da Realidade Familiar



Aula 3.1: Metodologias do Mapeamento e Diagnóstico Socioterritorial

O diagnóstico socioterritorial é uma ferramenta estratégica indispensável para o planejamento e execução do trabalho social com famílias na perspectiva da matricialidade e do território. O conceito de território adotado supera a dimensão meramente geográfica ou administrativa, compreendendo-o como um espaço vivo, dinamizado por relações de poder, identidades culturais, fluxos econômicos e redes de sociabilidade. O mapeamento sistemático do território permite às equipes técnicas identificar a distribuição espacial das vulnerabilidades, os pontos de exclusão social e a disponibilidade real dos equipamentos públicos e comunitários.

A elaboração do diagnóstico territorial envolve a coleta e análise de dados quantitativos de fontes oficiais, aliada à apreensão qualitativa das vivências dos moradores locais. A utilização de mapas falados, itinerários perceptivos e oficinas comunitárias favorece a participação ativa da população na identificação dos problemas prioritários e das potencialidades do bairro. Com um diagnóstico bem estruturado, o trabalho social deixa de ser reativo e focado na apagar de incêndios para tornar-se proativo, direcionando recursos e estratégias de acompanhamento familiar para as áreas de maior adensamento de riscos sociais.

Aula 3.2: Análise da Dinâmica Interna Familiar e Papéis Parentais

A análise da dinâmica interna da família busca compreender o modo como os membros do núcleo se estruturam, comunicam-se e exercem suas funções relacionais e de cuidado interpessoal. A investigação técnica contempla a distribuição de papéis parentais, as relações de autoridade e afeto, a divisão do trabalho doméstico e a gestão dos recursos financeiros disponíveis. Compreender quem assume o encargo principal do cuidado com crianças, idosos e dependentes possibilita avaliar a existência de sobrecarga física e emocional, que frequentemente recai sobre as figuras femininas da família.

A intervenção profissional deve analisar os padrões de comunicação adotados, identificando se são claros e assertivos ou se prevalecem

dinâmicas ruidosas, veladas ou agressivas. A avaliação dos papéis parentais deve focar na capacidade da família de oferecer proteção, impor limites estruturantes, estimular o desenvolvimento saudável de seus integrantes e prover afeto. O técnico deve abster-se de impor modelos ideais de família, buscando fortalecer a funcionalidade protetiva do arranjo real existente, corrigindo assimetrias violentas e promovendo a corresponsabilidade entre os membros adultos do domicílio.

Aula 3.3: Identificação de Redes de Apoio Informal e Capital Social

A sustentabilidade das famílias em situação de vulnerabilidade depende fundamentalmente do volume e da qualidade das redes de apoio informal e do capital social disponíveis em seu meio comunitário. As redes informais constituem-se por vínculos de parentesco estendido, vizinhança, amizades, grupos religiosos e associações comunitárias que prestam auxílio mútuo em momentos de necessidade. Esse suporte pode manifestar-se por meio de ajuda financeira emergencial, empréstimo de bens, cuidado compartilhado de filhos, apoio emocional e circulação de informações sobre oportunidades de trabalho.

A identificação e a cartografia do capital social da família permitem ao técnico mapear as fontes de resiliência e os recursos próprios que o núcleo aciona diante das crises. O isolamento social e o enfraquecimento das conexões comunitárias são indicadores graves de vulnerabilidade que fragilizam ainda mais o grupo familiar. A intervenção técnica deve intencionalmente incentivar a ampliação da rede de relações da família, conectando-a a coletivos territoriais, espaços de convivência e grupos

comunitários que fortaleçam o sentimento de pertencimento, a solidariedade orgânica e a autonomia coletiva.

Aula 3.4: Construção e Aplicação do Genograma Familiar

O genograma é uma representação gráfica e padronizada da estrutura e das relações de uma família ao longo de, pelo menos, três gerações. Essa ferramenta metodológica visual permite mapear de forma rápida a composição do núcleo, a idade dos membros, padrões de ocupação, doenças recorrentes, eventos vitais marcantes e a qualidade das ligações afetivas existentes. A utilização dos símbolos universais do genograma facilita a identificação de alianças, fusões, conflitos, corte de vínculos e padrões comportamentais que tendem a se repetir transgeracionalmente.

A elaboração do genograma deve ser realizada de maneira colaborativa com a própria família durante as sessões de acompanhamento, funcionando como um potente disparador de reflexões sobre a história e a identidade do grupo. Ao visualizar sua árvore familiar e a dinâmica de suas relações, os membros podem tomar consciência de repetições inconscientes, reconhecer figuras históricas de suporte e ressignificar conflitos antigos. Para a equipe técnica, o genograma constitui um registro sintético de alto valor para o planejamento de metas e para a continuidade do trabalho em casos de rotatividade de profissionais.

Aula 3.5: Construção e Aplicação do Ecomapa

O ecomapa é um instrumento gráfico complementar ao genograma que mapeia as relações, fluxos de energia e conexões entre a família e os sistemas sociais com os quais ela se relaciona em seu cotidiano. O desenho posiciona a família no centro da representação e estabelece linhas de conexão com a escola, unidades de saúde, local de trabalho, serviços assistenciais, igreja, grupos de lazer, vizinhança e rede de amigos. As linhas utilizadas indicam se as conexões são fortes, tênues, estressantes, ou se há ausência completa de fluxo relacional.

A aplicação prática do ecomapa possibilita diagnosticar o grau de inserção social do núcleo familiar e a efetividade dos serviços públicos em sua rotina diária. A ferramenta explicita visualmente se a família está sobrecarregada por exigências institucionais contraditórias, se vivencia isolamento do território ou se possui uma rede rica e articulada de suportes. O ecomapa deve ser utilizado periodicamente durante o acompanhamento para avaliar mudanças na qualidade das conexões da família com a rede socioassistencial, orientando o redesenho do plano de trabalho quando necessário.

Módulo 4: Planejamento e Elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar (PAF)

Aula 4.1: Conceituação e Estrutura do Plano de Acompanhamento Familiar

O Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) é o instrumento metodológico fundamental de planejamento, gestão e operacionalização do trabalho social continuado desenvolvido com famílias na Proteção Social Básica. O PAF diferencia-se do atendimento pontual ou prestação isolada de benefícios por consistir em um processo estruturado, sistemático e temporário de intervenção psicossocial. Sua estrutura básica contempla a caracterização detalhada da família, o diagnóstico das vulnerabilidades e potencialidades, a pactuação de metas de curto, médio e longo prazo, a definição das ações a serem desenvolvidas e os prazos para reavaliação.

A elaboração do PAF impede a fragmentação do atendimento e assegura intencionalidade pedagógica e transformadora às ações da equipe multidisciplinar. O documento deve ser formalizado de maneira clara, registrando de forma transparente os compromissos assumidos tanto pela família quanto pelos profissionais e pela instituição socioassistencial. A consolidação do PAF garante o acompanhamento longitudinal dos avanços obtidos, orienta a concessão fundamentada de benefícios eventuais e fornece parâmetros objetivos para o encerramento qualificado do acompanhamento quando os objetivos forem alcançados.

Aula 4.2: Construção Participativa de Metas e Pactuação de Compromissos

A construção das metas no Plano de Acompanhamento Familiar exige a adesão ao princípio do protagonismo e da autonomia dos usuários do Sistema Único de Assistência Social. As metas e objetivos do plano não

podem ser impostos unilateralmente pela equipe técnica com base em visões moralizantes ou de adequação de conduta, devendo ser negociados e pactuados de forma totalmente transparente com os membros da família. O profissional atua como mediador, auxiliando a família a traduzir suas necessidades e desejos em metas realistas, concretas e alcançáveis no contexto socioeconômico em que se encontra.

A negociação das etapas do PAF deve considerar as capacidades reais do núcleo familiar, estabelecendo prioridades e dividindo tarefas em passos exequíveis para evitar frustrações e abandono do processo. O plano de ação deve explicitar os compromissos da família, como a frequência a grupos ou o acompanhamento de saúde dos filhos, em simetria com os deveres da equipe técnica, como a articulação com outros serviços públicos e a facilitação do acesso a programas de transferência de renda. A pactuação horizontal fortalece a coresponsabilidade e consolida o sentimento de dignidade dos sujeitos acompanhados.

Aula 4.3: Definição de Indicadores de Evolução e Monitoramento

A eficácia do acompanhamento familiar depende da definição prévia de indicadores objetivos e qualitativos para monitorar o desenvolvimento da família ao longo do tempo. Os indicadores de evolução devem ser capazes de mensurar a redução das vulnerabilidades, o fortalecimento da função protetiva da família, a ampliação do acesso a serviços públicos e a melhoria na qualidade dos laços afetivos e comunitários. Exemplos de indicadores incluem a regularização da frequência escolar das crianças, o

aumento da autonomia financeira, a resolução de conflitos intra-familiares violentos e a autonomia no acesso a serviços.

O monitoramento do PAF deve ser uma prática contínua e integrada à rotina dos atendimentos individuais, visitas domiciliares e encontros coletivos. A equipe técnica deve realizar revisões periódicas do plano registrado no prontuário, comparando a situação atual da família com o diagnóstico inicial. Essa avaliação sistemática permite identificar precocemente estagnações, retrocessos ou novas demandas emergentes, possibilitando a repactuação de metas, o ajuste das estratégias metodológicas adotadas e o alinhamento da frequência dos contatos entre os profissionais e os usuários.

Aula 4.4: Intersetorialidade e Articulação de Agendas no PAF

O Plano de Acompanhamento Familiar não pode restringir-se às ofertas operadas exclusivamente no âmbito da assistência social, devendo assumir caráter profundamente intersetorial. A complexidade das situações de vulnerabilidade enfrentadas pelas famílias exige a integração articulada com as políticas de saúde, educação, habitação, trabalho e renda, cultura e direitos humanos. O PAF deve funcionar como um eixo articulador que sintetiza as intervenções setoriais dirigidas ao núcleo familiar, evitando a superposição de exigências institucionais e a dispersão de esforços.

Para viabilizar a intersetorialidade no PAF, a equipe socioassistencial deve estabelecer canais diretos de comunicação e fluxos de trabalho com as escolas do bairro, Unidades Básicas de Saúde, centros de qualificação profissional e órgãos do Poder Judiciário. Incluir no plano familiar objetivos como a adesão a tratamentos de saúde continuados, a inserção de jovens em programas de aprendizagem ou a regularização habitacional amplia a resolutividade do trabalho social. A coordenação intersetorial das agendas garante uma abordagem integral das necessidades do núcleo familiar.

Aula 4.5: Reavaliação, Desligamento e Acompanhamento Pós-Desligamento

A reavaliação periódica do Plano de Acompanhamento Familiar é a etapa em que a equipe e a família analisam conjuntamente os resultados alcançados frente aos objetivos pactuados no início do processo. Esse momento reflexivo serve para reconhecer os esforços da família, valorizar as conquistas de autonomia e identificar os fatores que dificultaram o alcance de determinadas metas. Caso as vulnerabilidades principais tenham sido superadas e a família demonstre capacidades protetivas consolidadas e acesso autônomo à rede, deve-se planejar o desligamento progressivo do acompanhamento continuado.

O processo de desligamento deve ser conduzido de forma gradual e transparente, evitando rupturas bruscas que causem insegurança ou dependência institucional nos usuários. O encerramento do PAF não significa o abandono da família pela rede, mas a transição de um acompanhamento intensivo para um estado de monitoramento indireto ou

atendimento eventual no CRAS. A equipe deve estabelecer um período de acompanhamento pós-desligamento, realizando contatos pontuais de verificação para garantir a sustentabilidade das conquistas e prevenir o reaparecimento de situações graves de vulnerabilidade social.

Módulo 5: Visita Domiciliar como Instrumento de Intervenção

Aula 5.1: Planejamento Ético e Preparação da Visita Domiciliar

A visita domiciliar é um instrumento metodológico complexo e invasivo que exige rigoroso planejamento ético e técnico antes de sua execução. Diferente de uma inspeção fiscalizatória, a visita no âmbito do trabalho social tem como objetivos apreender o contexto de vida da família no seu território, observar a dinâmica cotidiana do lar, fortalecer o vínculo de confiança e qualificar o diagnóstico social. A preparação prévia obriga a equipe a definir com clareza os objetivos da ação, revisar o histórico da família nos prontuários e pactuar a divisão de papéis caso a visita seja realizada em dupla multidisciplinar.

O planejamento ético impõe a necessidade de agendamento prévio com a família sempre que possível, respeitando a rotina, o trabalho e a privacidade dos moradores do domicílio. A visita surpresa deve ser restrita a casos excepcionais de denúncias de violações graves de direitos de crianças, idosos ou pessoas incapazes em que a comunicação prévia inviabilizaria a proteção do sujeito. O profissional deve estar imbuído de

uma postura de visitante respeitoso, despidido de preconceitos em relação à organização da casa, padrão de consumo ou higiene, focando a atenção nos fatores humanos e sociais que afetam o bem-estar da família.

Aula 5.2: Postura Profissional, Observação Qualificada e Empatia no Domicílio

Ao adentrar o espaço doméstico, o técnico do trabalho social deve adotar uma postura profissional caracterizada pelo respeito, cordialidade, escuta ativa e extrema sensibilidade interpessoal. A casa representa o refúgio e o espaço de intimidade mais resguardado da família, exigindo do profissional autorizações explícitas para circulação pelos cômodos ou registros de informações. A postura física, o tom de voz e a linguagem utilizada devem transmitir acolhimento e ausência de julgamento, criando uma atmosfera propícia para que os moradores expressem suas angústias e percepções de vida.

A observação qualificada durante a visita domiciliar vai além da estrutura física do imóvel, alcançando a apreensão das dinâmicas afetivas, da distribuição do espaço interior, do nível de cuidado com dependentes e da qualidade das interações interpessoais no momento da presença técnica. A empatia profissional permite ler as estratégias de resiliência e adaptação que a família desenvolve para enfrentar a escassez material. O técnico deve equilibrar o rigor da investigação diagnóstica com o cuidado afetivo, utilizando a oportunidade para fortalecer a aliança de trabalho e validar os recursos próprios apresentados pelo núcleo familiar.

Aula 5.3: Limites entre Intervenção Técnica e Invasão de Privacidade

A execução de visitas domiciliares impõe o permanente tensionamento entre a necessidade de intervenção protetiva e o dever de respeitar o direito fundamental à privacidade e inviolabilidade do domicílio. O profissional deve ter clareza metodológica sobre os limites de sua atuação, evitando posturas investigativas de caráter policaresco ou moralizador que visem fiscalizar o uso de benefícios assistenciais ou normatizar escolhas do estilo de vida privado das famílias. A intervenção é legítima apenas quando fundamentada na garantia de direitos e na mitigação de vulnerabilidades e riscos sociais previstos em lei.

Caso a família demonstre resistência explícita ou recusa fundamentada em receber a visita domiciliar, o técnico deve analisar as causas subjacentes a essa atitude, tais como medo de perda de benefícios, vergonha das condições habitacionais ou experiências anteriores traumáticas com órgãos estatais. Nesses casos, o profissional deve dialogar transparentemente, explicando o propósito protetivo da ação e repactuando o local de atendimento na sede do serviço socioassistencial, a menos que haja determinação judicial vinculante ou risco iminente à vida de vulneráveis que exija o acionamento de autoridades competentes.

Aula 5.4: Registro, Relatório e Análise Crítica dos Dados de Campo

As informações coletadas durante a visita domiciliar devem ser sistematicamente registradas logo após a conclusão da diligência, garantindo a fidelidade dos dados e a riqueza dos detalhes observados. O registro técnico deve separar objetivamente as descrições dos fatos e do ambiente físico das análises interpretativas formuladas pela equipe. A elaboração de relatórios de visita exige linguagem técnica, precisa, isenta de adjetivações pejorativas ou juízos de valor sobre o modo de vida da família, mantendo o foco na dimensão socioeconômica e relacional do caso.

A análise crítica dos dados colhidos no campo deve conectar a realidade microestrutural do domicílio com os condicionantes macroestruturais da pobreza, desigualdade e ausência de políticas públicas setoriais no território. O relatório técnico deve responder aos objetivos definidos no planejamento inicial, atualizando o diagnóstico do caso e apontando recomendações concretas para a evolução do Plano de Acompanhamento Familiar. O registro adequado em prontuário garante a memória institucional do acompanhamento e subsidia intervenções futuras de forma ética e profissional.

Aula 5.5: Segurança Profissional e Gestão de Riscos em Territórios Vulneráveis

A realização de trabalho de campo em territórios caracterizados por elevados índices de violência urbana, presença de facções criminosas ou conflitos armados exige estratégias rigorosas de gestão de riscos e proteção das equipes socioassistenciais. O profissional de atendimento

não deve atuar com imprudência ou heroísmo individual, devendo reconhecer que a segurança da equipe é pré-requisito para a continuidade das ofertas públicas no território. O planejamento das visitas em áreas de risco deve envolver o mapeamento dos horários seguros, o conhecimento das dinâmicas de segurança comunitária e o deslocamento preferencial em duplas ou equipes multiprofissionais.

A instituição socioassistencial deve estabelecer protocolos claros para a atuação em áreas de vulnerabilidade extrema, incluindo comunicação prévia com lideranças comunitárias representativas, identificação visual dos profissionais por meio de crachás ou veículos oficiais e suspensão de atividades externas em momentos de instabilidade no território. O profissional deve manter neutralidade ética em relação aos conflitos locais, focando exclusivamente em sua missão de garantia de direitos e atendimento à população. O suporte institucional e o debriefing com as chefias após situações de estresse no campo são fundamentais para preservar a saúde mental das equipes operacionais.

Módulo 6: Trabalho Social em Grupos e Oficinas Coletivas

Aula 6.1: Fundamentos e Objetivos do Trabalho Social Coletivo

O trabalho social desenvolvido com grupos familiares e oficinas coletivas constitui uma modalidade metodológica potente e complementar aos atendimentos individualizados na assistência social. A dimensão coletiva

fundamenta-se no reconhecimento de que as vulnerabilidades e os sofrimentos vivenciados pelas famílias possuem raízes sociais compartilhadas no território. A reunião de indivíduos com vivências semelhantes possibilita a superação do isolamento afetivo e social, favorece a troca de experiências de vida, promove o aprendizado mútuo e estimula a construção de soluções comunitárias para problemas cotidianos.

Os objetivos centrais das atividades coletivas englobam o fortalecimento dos laços comunitários, o desenvolvimento da sociabilidade, a elevação da autoestima dos participantes e a ampliação da consciência crítica acerca de seus direitos cidadãos. Ao discutir temas transversais como direitos humanos, divisão do trabalho doméstico, violência de gênero, educação de filhos e acesso a serviços públicos, o grupo funciona como um espaço de ressignificação de trajetórias pessoais. O trabalho coletivo desprivatiza o sofrimento familiar, transformando demandas individuais em pautas de reflexão e ação comunitária articulada.

Aula 6.2: Planejamento, Estruturação e Facilitação de Grupos

A eficácia das intervenções coletivas no trabalho social requer planejamento minucioso, definição clara de objetivos pedagógicos e domínio de técnicas de facilitação de grupos por parte da equipe multiprofissional. O processo de estruturação de um grupo envolve a escolha do perfil dos participantes, a definição do número máximo de integrantes para garantir a participação de todos, o estabelecimento da frequência dos encontros e a delimitação do cronograma temático a ser

trabalhado. A contratação explícita das regras de convivência, sigilo e respeito mútuo no primeiro encontro é essencial para criar um ambiente produtivo.

A facilitação de grupos exige dos profissionais habilidades específicas de mediação, como a capacidade de estimular a fala dos membros mais tímidos, conter monopólios da palavra, sintetizar ideias divergentes e manejar momentos de forte carga emocional no espaço coletivo. Os técnicos devem atuar como provocadores de debates reflexivos, evitando assumir o papel de palestrantes ou detentores únicos do saber. A utilização de metodologias ativas, dinâmicas de grupo integrativas e recursos audiovisuais torna os encontros dinâmicos, garantindo o engajamento contínuo dos participantes ao longo do ciclo planejado.

Aula 6.3: Dinâmicas de Grupo e Metodologias Participativas

As dinâmicas de grupo e as metodologias participativas são ferramentas instrumentais que visam facilitar a expressão de sentimentos, a integração dos participantes e a reflexão aprofundada sobre temas complexos no trabalho social. Essas técnicas fundam-se na pedagogia crítica e no sociointeracionismo, partindo do saber empírico e do repertório cultural dos próprios usuários para construir o conhecimento coletivo. A escolha da dinâmica deve estar rigorosamente alinhada com os objetivos específicos da sessão, considerando o perfil etário, o nível de escolaridade e o grau de maturidade do grupo.

O uso adequado de jogos dramáticos, simulações de papéis, mapas conceituais comunitários e trabalhos em subgrupos permite materializar conceitos abstratos de cidadania, direitos e relações familiares em vivências concretas. O facilitador deve atentar para a etapa de processamento da dinâmica, que é o momento decisivo em que os participantes analisam o que sentiram durante a atividade e conectam o aprendizado lúdico com as situações vividas em suas casas e bairros. O lúdico e o participativo atua como catalyticador da conscientização e da transformação comportamental.

Aula 6.4: Abordagem de Temas Sensíveis no Espaço Coletivo

O manejo de temáticas sensíveis e geradoras de estresse como violência doméstica, abuso substancial, extrema pobreza, racismo, exploração de crianças e fragilidade mental exige elevado preparo técnico e cuidado ético nas intervenções coletivas. O facilitador deve construir um ambiente psicológico caracterizado pelo acolhimento, validação das emoções e absoluta ausência de julgamentos morais. A introdução desses temas deve ocorrer de forma progressiva e contextualizada, utilizando disparadores indiretos, como trechos de filmes, literatura, estudos de caso genéricos ou cenas teatrais, evitando expor individualmente os participantes.

Caso um integrante do grupo traga relatos pessoais profundos de trauma ou violações de direitos de forma espontânea durante a atividade coletiva, o profissional deve acolher a dor demonstrada, validar a coragem do relato, mas redirecionar com delicadeza o detalhamento do caso para um

atendimento individual posterior no serviço socioassistencial. Essa conduta protege a intimidade do usuário e evita o contágio emocional desordenado nos demais membros da oficina. O trabalho coletivo aborda o tema sob a perspectiva estrutural e informativa, enquanto o desdobramento e o suporte intensivo ocorrem no acompanhamento individual e familiar reservado.

Aula 6.5: Avaliação de Impacto e Indicadores de Processos Coletivos

O monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados pelas atividades coletivas são indispensáveis para aferir a resolutividade do trabalho social e orientar o aprimoramento contínuo dos serviços socioassistenciais. A avaliação não deve limitar-se à verificação quantitativa de frequência e assiduidade dos usuários nos encontros, devendo mensurar os impactos qualitativos na vida das famílias participantes. Os instrumentos de avaliação podem incluir questionários de satisfação, rodas de conversa finais de síntese, depoimentos gravados com autorização e observação sistemática de mudanças atitudinais ao longo do processo.

Os indicadores de impacto em processos coletivos abrangem a ampliação da rede de amizade e suporte mútuo entre os participantes fora do espaço do CRAS, o aumento do conhecimento sobre direitos e serviços públicos disponíveis, a diminuição de episódios de violência verbal no ambiente doméstico e a emergência de lideranças comunitárias. O registro sistemático da evolução do grupo nos prontuários e nos relatórios de gestão comprova a eficácia das metodologias coletivas como estratégia

de prevenção de vulnerabilidades e de consolidação do protagonismo social das famílias atendidas.

Módulo 7: Gestão de Situações de Alta Vulnerabilidade e Risco Social

Aula 7.1: Caracterização de Situações de Risco Social Complexo

As situações de risco social complexo na atenção socioassistencial caracterizam-se pela sobreposição de múltiplas vulnerabilidades, violações de direitos continuadas e severa fragilização ou ruptura dos vínculos afetivos e comunitários das famílias. Essas configurações envolvem o adensamento da extrema pobreza associado à vivência de violência física ou psicológica, exploração sexual, trabalho infantil, uso nocivo de substâncias psicoativas, situação de rua e cumprimento de medidas socioeducativas ou penas privativas de liberdade. O manejo dessas realidades exige do profissional fundamentação teórica sólida para apreender a interconexão das pautas que agravam o sofrimento do núcleo familiar.

A atuação frente ao risco complexo impõe a superação de abordagens simplistas ou imediatistas, que tentam resolver problemas estruturais por meio de intervenções pontuais e desarticuladas. A equipe multiprofissional deve adotar uma perspectiva sistêmica e interseccional, reconhecendo que a manifestação da crise familiar é o sintoma visível de redes profundas de exclusão e desproteção do Estado. O trabalho social nessas

circunstâncias demanda tempo, presença constante, intervenções interdisciplinares intensivas e articulação permanente com os serviços da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Aula 7.2: Abordagem e Acompanhamento em Casos de Violência Doméstica

A violência doméstica manifesta-se sob diversas formas, incluindo agressões físicas, abusos psicológicos, violência sexual, patrimonial e negligência severa contra crianças, mulheres, idosos e pessoas com deficiência no ambiente familiar. O acompanhamento social dessas situações exige extrema cautela, preparo técnico e absoluta priorização da segurança física e emocional das vítimas. O profissional deve compreender a dinâmica do ciclo da violência, caracterizado pelas fases de aumento de tensão, explosão violenta e falsa reconciliação, intervindo de modo a quebrar a dependência afetiva e financeira que aprisiona a vítima na relação abusiva.

A metodologia de intervenção em violência familiar requer a construção de um plano de proteção individualizado e sigiloso, prevendo rotas de fuga emergenciais, redes de acolhimento temporário, suporte psicológico e articulação imediata com delegacias especializadas e a rede do Judiciário. A atuação técnica não deve pressionar a vítima a tomar decisões precipitadas sem que haja condições reais de segurança, sob pena de agravar o risco de feminicídio ou retaliações graves. O trabalho com a

família deve buscar responsabilizar os agressores e reconfigurar os arranjos familiares para garantir o fim do ciclo de violência no lar.

Aula 7.3: Intervenção em Famílias com Pessoas em Uso Nocivo de Substâncias

A presença do uso nocivo de álcool e outras drogas no seio familiar produz profundos desarranjos na dinâmica relacional, na economia doméstica e na capacidade de exercício das funções protetivas e parentais. A intervenção do trabalho social junto a essas famílias deve pautar-se nas diretrizes da Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e na política de Redução de Danos, superando abordagens moralistas, de segregação ou puramente de abstinência forçada. O foco do acompanhamento técnico é mitigar os impactos sociais e emocionais que a dependência química de um integrante causa aos demais membros da família.

O trabalho psicossocial deve focar na desconstrução da codependência familiar, no fortalecimento dos cuidadores sobrecarregados e na garantia do cuidado integral aos filhos e dependentes residentes no domicílio. A equipe socioassistencial atua em estreita articulação com a rede de atenção psicossocial, especialmente os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, facilitando o acesso ao tratamento de saúde humanizado e voluntário. Assegurar a proteção social das crianças, o acesso a alimentos e a transferência de renda para a família evita o colapso econômico do lar enquanto o sujeito em uso busca a estabilização de seu quadro de saúde.

Aula 7.4: Abordagem a Famílias em Situação de Rua e Extrema Pobreza

O acompanhamento socioassistencial de famílias em situação de rua e extrema pobreza representa um dos maiores desafios metodológicos do trabalho social contemporâneo. Essa população enfrenta processos radicais de desfiliação social, perda de moradia regular, ausência de documentação civil, estigmatização pública e ruptura severa de vínculos familiares e comunitários. A abordagem técnica exige a atuação de equipes especializadas do Centro Pop e dos Serviços de Abordagem Social, atuando diretamente nos espaços públicos com metodologia pautada na construção gradativa de afetos, escuta qualificada e redução da vulnerabilidade imediata.

A estratégia de acompanhamento dessas famílias deve priorizar a garantia do acesso imediato a direitos básicos, tais como alimentação, higiene, documentação civil e acesso a abrigos temporários que acolham o núcleo familiar completo sem separar pais e filhos. O plano de superação da situação de rua exige a articulação intersetorial densa com as políticas de habitação social, qualificação profissional, fomento ao trabalho autônomo, programas de renda mínima e saúde mental. O trabalho de médio prazo visa reconstruir as referências de moradia, autonomia financeira e reinserção comunitária sustentável da família.

Aula 7.5: Manejo de Crises Familiares e Estratégias de Desmobilização

A crise familiar manifesta-se quando um evento de alto impacto desestabiliza abruptamente o equilíbrio e a capacidade de funcionamento do núcleo, gerando desorganização emocional e incapacidade temporária de tomada de decisões racionais. Eventos disparadores incluem mortes violentas de provedores, despejos sumários, prisões preventivas, diagnósticos de doenças incapacitantes repentinas ou desastres naturais no território. A intervenção técnica no momento de crise exige prontidão operacional, foco na resolução das necessidades biológicas e de segurança imediatas, e contenção emocional estruturada para estabilizar os membros da família.

Após a superação da fase aguda da crise, o profissional deve iniciar a estratégia de desmobilização e reorganização da rotina familiar, auxiliando o grupo a processar o impacto do evento e a redistribuir responsabilidades internas. O técnico orienta a família na construção de um novo patamar de funcionamento, acionando benefícios eventuais emergenciais e reconectando o núcleo às redes de apoio institucional e comunitário. O manejo qualificado das crises previne o colapso definitivo do grupo familiar, a entrega voluntária de crianças para acolhimento ou o ingresso desordenado na trajetória de rua.

Módulo 8: Trabalho Social na Proteção Social Básica (CRAS)

Aula 8.1: O Papel do CRAS na Prevenção de Vulnerabilidades

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) constitui a unidade pública estatal descentralizada do Sistema Único de Assistência Social responsável pela execução dos serviços da Proteção Social Básica no território de sua abrangência. A missão precípua do CRAS é a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. O trabalho social realizado no CRAS atua de forma proativa sobre as causas micro e macroestruturais do empobrecimento antes que ocorram violações graves de direitos.

Como "casa da cidadania" no bairro, o CRAS opera como o principal ponto de engajamento entre a população vulnerável e a rede de políticas públicas garantidoras de direitos. A atuação das equipes interdisciplinares fundamenta-se na busca ativa das famílias residentes em áreas de maior exclusão social, garantindo que a proteção social alcance os sujeitos historicamente invisibilizados. Ao integrar serviços de acompanhamento, convivência, concessão de benefícios e articulação comunitária, o CRAS consolida-se como um espaço territorializado de promoção da coesão social e de emancipação cidadã das famílias acompanhadas.

Aula 8.2: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) representa a oferta carro-chefe da Proteção Social Básica, de execução obrigatória e exclusiva nos Centros de Referência de Assistência Social. O PAIF consiste num trabalho social continuado que visa apoiar as famílias no

desempenho de sua função protetiva, processar suas demandas de seguridade, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover o acesso a direitos e contribuir para a melhoria de sua qualidade de vida. As ações do serviço estruturam-se por meio de acolhida, estudo social, acompanhamento familiar (PAF), atendimentos individualizados, oficinas com famílias e ações comunitárias.

A metodologia do PAIF repudia qualquer caráter fiscalizatório, terapêutico individualizante ou de tutela, focando na dimensão socioeducativa, de apoio psicossocial e de fortalecimento da autonomia dos núcleos familiares. As ações socioeducativas desenvolvidas pelo PAIF trabalham temas centrais como relações de gênero, prevenção à violência doméstica, educação não violenta de filhos, saúde reprodutiva e planejamento orçamentário familiar. Ao qualificar as relações intrafamiliares e comunitárias, o PAIF fortalece a resiliência das famílias, permitindo que elas enfrentem com maior autonomia as intempéries e contradições do meio socioeconômico.

Aula 8.3: Acompanhamento Familiar no Âmbito do CadÚnico e Programa Bolsa Família

A gestão dos programas de transferência condicionada de renda, em especial o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e o Programa Bolsa Família, exige integração metodológica permanente com o trabalho social desempenhado no CRAS. O acesso ao benefício de transferência de renda não deve ser compreendido como um fim em si mesmo, mas como um meio de alívio imediato da pobreza extrema que

possibilita a inserção das famílias no acompanhamento socioassistencial continuado do PAIF. A renda transferida garante as condições materiais mínimas para a subsistência do núcleo familiar.

O acompanhamento familiar dos beneficiários do Bolsa Família envolve o monitoramento do cumprimento das condicionalidades nas áreas de saúde e educação, tais como vacinação em dia, pré-natal de gestantes e frequência escolar mínima de crianças e adolescentes. O descumprimento de condicionalidades não deve ser interpretado como desídia ou má-fé da família, mas como um sintoma claro do adensamento de vulnerabilidades e de barreiras no acesso aos serviços públicos de saúde ou educação. Nesses casos, o CRAS deve intervir imediatamente, realizando busca ativa para identificar os obstáculos vividos e prestar o suporte necessário sem a suspensão punitiva da renda.

Aula 8.4: Benefícios Eventuais e a Articulação com o Trabalho Social

A concessão de Benefícios Eventuais — auxílios natalidade, funeral, situação de vulnerabilidade temporária e calamidade pública — constitui direito garantido pela Lei Orgânica da Assistência Social para prestar socorro imediato a famílias em situações de emergência. A prestação desses benefícios deve estar estritamente integrada ao trabalho social desenvolvido pela equipe do CRAS, superando a visão assistencialista e pontual da doação puramente caritativa. O benefício eventual serve como uma prestação em pecúnia ou em bens de consumo para suprir necessidades humanas básicas em momentos de vulnerabilidade passageira.

A concessão do benefício eventual deve ser utilizada metodologicamente pelo técnico como um catalisador para o estabelecimento do vínculo profissional e para o engajamento da família no acompanhamento regular do PAIF. A equipe do CRAS deve realizar a escuta qualificada da demanda por benefícios para identificar os determinantes mais profundos da crise familiar, inserindo o núcleo em serviços continuados, programas de qualificação ou na rede setorial. É proibida a exigência de contraprestações vexatórias, cadastros morosos ou atestados de pobreza para a liberação desses direitos assistenciais de urgência.

Aula 8.5: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é uma oferta da Proteção Social Básica realizada de forma complementar ao trabalho social com famílias do PAIF, organizando-se por faixas etárias para crianças, adolescentes, jovens e idosos. O SCFV desenvolve atividades artísticas, culturais, esportivas, lúdicas e de cidadania em grupos de convivência, visando prevenir situações de risco social, combater o isolamento, estimular a participação cidadã e fortalecer as trocas interpessoais e comunitárias. A atuação do serviço baseia-se na valorização das experiências dos usuários e na construção de projetos de vida.

A integração entre o SCFV e o PAIF no CRAS é essencial para garantir a abordagem sistêmica da família. Enquanto as crianças ou idosos

participam das oficinas coletivas do SCFV para desenvolver autonomia e laços afetivos saudáveis, os adultos e responsáveis são acompanhados pelas equipes do PAIF para superar as vulnerabilidades econômicas e dinâmicas do lar. As informações sobre o desenvolvimento dos sujeitos nos grupos do SCFV retroalimentam o planejamento do acompanhamento familiar do PAIF, permitindo que a equipe multidisciplinar atue de forma coerente e coordenada em prol da proteção integral de todos os membros da família.

Módulo 9: Trabalho Social na Proteção Social Especial (CREAS e Média Complexidade)

Aula 9.1: O Papel do CREAS no Atendimento às Violências e Violações de Direitos

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços especializados da Proteção Social Especial de Média Complexidade no âmbito do SUAS. O CREAS direciona sua atuação para famílias e indivíduos que se encontram em situações de risco social decorrentes de violações de direitos já consumadas, tais como violência física, psicológica ou sexual, negligência grave, trabalho infantil, afastamento do convívio familiar, discriminação e cumprimento de medidas socioeducativas. A função institucional do CREAS é interromper a situação de violência e restaurar os direitos violados.

O trabalho social desenvolvido no CREAS possui caráter especializado, interdisciplinar e de alta densidade técnica, exigindo do corpo de assistentes sociais e psicólogos metodologias específicas de acolhimento, escuta protetiva e reparação de danos. A unidade atua em direta conexão com o Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar e Delegacias de Polícia, compondo a linha de frente do Sistema de Garantia de Direitos. O objetivo do CREAS não é unicamente produzir relatórios técnicos para instrução de processos judiciais, mas sim promover a reorganização da vida familiar, o fortalecimento dos laços afetivos e a superação dos traumas causados pelas vivências de violência.

Aula 9.2: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é o serviço continuado central do CREAS, destinado ao acompanhamento de famílias que vivenciam situações de ameaça ou violação de direitos. O PAEFI realiza atendimento psicossocial especializado, elaboração de diagnósticos aprofundados, construção do Plano Individual de Atendimento, visitas domiciliares complexas e encaminhamentos monitorados para a rede de proteção. O foco principal do trabalho é estancar o ciclo da violência doméstica, reparar a dignidade dos sujeitos atingidos e reorganizar as dinâmicas de poder e afeto no interior do lar.

A atuação do PAEFI requer dos profissionais o manejo cuidadoso da ambivalência afetiva, do medo, da culpa e da resistência trazidos pelos

familiares no contexto das violações. As intervenções do serviço combinam sessões individuais com a vítima, abordagens com os agressores para responsabilização e mudança comportamental, e atendimentos com o núcleo familiar conjunto quando a convivência for viável e segura. O PAEFI busca reconstruir a função protetiva da família, garantindo que o domicílio volte a ser um ambiente de segurança, afetividade e desenvolvimento saudável para todos os seus integrantes.

Aula 9.3: Trabalho Social em Casos de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

O trabalho social especializado com famílias envolvidas em situações de abuso ou exploração sexual intrafamiliar e intrafamiliar de crianças e adolescentes exige o mais elevado grau de rigor ético e capacitação metodológica das equipes do CREAS. A revelação da violência sexual produz um efeito devastador na estrutura do lar, frequentemente gerando desorganização emocional, negação da veracidade do relato pelo grupo familiar, culpabilização da vítima e tentativas de encobrimento do crime para proteger o agressor quando este é o provedor do lar.

A intervenção técnica deve priorizar de imediato a segurança física e psicológica da criança ou adolescente abusado, providenciando o afastamento do agressor do convívio do lar ou o abrigamento protetivo da vítima quando a família falhar em protegê-la. O acompanhamento psicossocial do PAEFI foca no apoio à figura parental protetora para que esta assuma a defesa da vítima, no suporte terapêutico integrado com a rede de saúde mental para o processamento do trauma sexual, e no

acompanhamento dos desdobramentos judiciais do caso. O técnico atua para evitar a revitimização da criança durante o processo de apuração dos fatos.

Aula 9.4: Acompanhamento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas

O trabalho social desenvolvido pelo CREAS no âmbito do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade) atua na responsabilização do jovem autor de ato infracional e na sua reinserção social positiva. A intervenção recusa abordagens puramente punitivas, moralizadoras ou de mera fiscalização do cumprimento de prazos, adotando o paradigma do Estatuto da Criança e do Adolescente que reconhece o adolescente como sujeito de direitos em desenvolvimento.

O acompanhamento fundamenta-se na elaboração participativa do Plano Individual de Atendimento (PIA), que estabelece metas para a retoma dos estudos escolares, inserção em programas de formação profissional, acompanhamento de saúde e participação em atividades culturais e comunitárias. O trabalho com a família do adolescente é pilar indispensável da medida, buscando fortalecer a autoridade parental positiva, melhorar a comunicação intrafamiliar e afastar o jovem de dinâmicas do crime. A equipe do CREAS articula parcerias com postos de trabalho e instituições comunitárias para garantir o cumprimento digno das tarefas pedagógicas impostas pela Justiça.

Aula 9.5: Intervenções no Âmbito da Proteção à Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência

O acompanhamento especializado de famílias com pessoas idosas e pessoas com deficiência que vivenciam situações de negligência severa, maus-tratos físicos ou psicológicos, abandono e exploração financeira exige estratégias de intervenção multidisciplinar específicas do CREAS. Essa população encontra-se em estado de vulnerabilidade acrescida devido à dependência funcional para atividades diárias ou ao isolamento social, o que muitas vezes oculta as violações perpetradas pelos próprios cuidadores e familiares no interior do domicílio.

O trabalho técnico inicia-se com a avaliação rigorosa das capacidades funcionais da pessoa dependente e do grau de sobrecarga física e emocional do cuidador familiar, que muitas vezes comete a negligência por exaustão ou absoluta falta de recursos e orientações. As ações socioassistenciais combinam a orientação e capacitação dos cuidadores, a concessão de benefícios assistenciais como o BPC, a oferta de auxílios de tecnologia assistiva e a inclusão da pessoa em Centro Dia ou Grupos de Convivência. Caso a violação decorra de má-fé, exploração dolosa de proventos ou violência física, a equipe aciona a Promotoria de Justiça e os Conselhos de Direitos para adotar as medidas judiciais de proteção e afastamento do agressor.

Módulo 10: Trabalho Social na Alta Complexidade (Acolhimento e Reintegração)

Aula 10.1: O Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar

O acolhimento institucional e o acolhimento em família acolhedora constituem medidas de proteção especial temporárias e excepcionais da Proteção Social de Alta Complexidade do SUAS, aplicadas por ordem judicial quando a família de origem encontra-se temporariamente impossibilitada de cumprir suas funções de cuidado e proteção, ou em casos de iminente risco à vida do sujeito. O acolhimento pode destinar-se a crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e mulheres em situação de violência doméstica com risco de morte. A transição do meio familiar para a unidade de acolhimento representa um evento altamente estressante que exige atenção técnica especializada.

Os serviços de acolhimento devem organizar-se segundo os princípios da preservação dos vínculos familiares, do respeito à individualidade dos acolhidos, do atendimento personalizado e da não mercantilização do cuidado. As instituições de acolhimento para crianças e adolescentes devem apresentar estrutura semelhante à de uma residência, abrigando pequenos grupos de acolhidos para favorecer a construção de laços afetivos significativos com os educadores de referência. O período de permanência no serviço de acolhimento deve ser o mais breve possível, funcionando não como uma solução definitiva, mas como um espaço de passagem e reorganização enquanto a equipe técnica trabalha ativamente

para superar os motivos que determinaram o afastamento do convívio familiar.

Aula 10.2: Trabalho Social com a Família de Origem durante o Acolhimento

A determinação judicial de acolhimento protetivo de uma criança, adolescente ou idoso não encerra nem suspende o dever da equipe socioassistencial de realizar o trabalho social intensivo com a família de origem. Ao contrário, a fase de acolhimento exige a intensificação das intervenções psicossociais junto aos pais ou responsáveis, visando superar de forma planejada as vulnerabilidades, violações ou fragilidades parentais que motivaram o afastamento preventivo. Abandonar a família de origem durante o período de abrigamento inviabiliza o retorno do sujeito ao lar e perpetua o abrigamento institucional indevido.

O plano de acompanhamento com a família de origem estabelece metas concretas de reorganização socioeconômica, adequação habitacional, tratamento de saúde mental ou dependência química e desenvolvimento de competências parentais saudáveis. A equipe técnica do serviço de acolhimento e do CREAS deve promover visitas regulares e convivência contínua entre a família e o sujeito acolhido dentro da unidade de acolhimento, preservando o afeto e o sentimento de pertencimento. O trabalho social monitora a evolução da família e instrui o juizado com relatórios periódicos favoráveis à cessação da medida protetiva assim que as condições de segurança no lar forem restauradas.

Aula 10.3: Processos de Reintegração Familiar Sustentável

A reintegração familiar consiste no retorno planejado e seguro do indivíduo acolhido ao convívio de sua família de origem ou extensa após a superação constatada das razões que motivaram o afastamento judicial. Trata-se de um processo gradual e delicado que não deve ser realizado de forma abrupta, sob pena de resultar em novo fracasso e reacolhimento do sujeito. A preparação para a reintegração envolve fases de pernoites progressivas no domicílio, visitas supervisionadas e reuniões da equipe técnica com todos os membros do núcleo para pactuar as novas rotinas e responsabilidades do lar.

A sustentabilidade da reintegração familiar depende da consolidação de uma rede socioassistencial e intersetorial de suporte ao redor do núcleo familiar após o retorno do acolhido. A família reintegrada deve ser inserida de imediato no acompanhamento intensivo do CREAS ou do CRAS do seu território de residência, garantindo o acesso prioritário a programas de renda, vaga em creches e escolas, acompanhamento de saúde mental e cestas de alimentos. O monitoramento pós-reintegração por um período mínimo de seis meses a um ano garante a estabilidade do processo e previne a ocorrência de reincidências de violações de direitos.

Aula 10.4: Trabalho com a Família Extensa e Família Substituta

Quando o trabalho social com a família de origem esgota todas as possibilidades reais de reorganização e demonstra a incapacidade irreversível de prover proteção e cuidado seguro, a legislação prioriza a colocação do sujeito na família extensa. A família extensa é formada por parentes próximos com os quais a criança, adolescente ou dependente mantém vínculos afetivos e de convivência significativos, como avós, tios ou irmãos maiores de idade. O técnico social deve realizar busca ativa sistemática na rede de parentesco para identificar familiares com disposição e condições emocionais de assumir a guarda responsável do parente.

A equipe socioassistencial realiza a avaliação psicossocial da família extensa interessada, verificando se há motivação genuína de cuidado, ausência de históricos de violência e vínculos afetivos positivos preexistentes com o sujeito acolhido. A família extensa selecionada recebe apoio técnico continuado e inserção nos programas socioassistenciais para lidar com a nova dinâmica doméstica. Somente após o esgotamento comprovado da família de origem e da família extensa é que se dá o encaminhamento definitivo do processo judicial para a colocação em família substituta por meio da adoção legal, encerrando a tutela do Estado.

Aula 10.5: Transição para a Vida Adulta e Desligamento por Maioridade

A transição para a vida adulta de adolescentes e jovens acolhidos institucionalmente que não obtiveram a reintegração familiar nem a colocação em família substituta ao aproximarem-se dos dezoito anos de idade representa um desafio crucial no trabalho social na Alta

Complexidade. O desligamento por maioria pressupõe o encerramento do acolhimento protetivo legal, exigindo da equipe da unidade a construção de um plano de autonomia individualizado que prepare o jovem para a vida independente fora da instituição.

O plano de autonomia deve ser iniciado por volta dos dezesseis anos de idade, focando na qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho formal ou programas de aprendizagem, elevação da escolaridade, desenvolvimento de habilidades de vida diária e gestão financeira pessoal. As equipes devem articular a inclusão do jovem em programas de habitação social, repúblicas jovens socioassistenciais ou concessão de benefícios para subsidiar o aluguel nos primeiros meses pós-desligamento. Garantir um suporte emocional, institucional e material durante essa transição previne o ingresso do jovem recém-desligado na situação de rua ou no universo da criminalidade.

Módulo 11: Acompanhamento de Famílias em Situação de Violência Intrafamiliar

Aula 11.1: Fenomenologia e Ciclos da Violência Intrafamiliar

A violência intrafamiliar é um fenômeno complexo, transgeracional e multidimensional que se expressa no abuso de poder e na assimetria de forças exercidos no ambiente privado do lar. Esse padrão violento manifesta-se através de agressões físicas, terror psicológico, intimidação,

dominação financeira, cárcere privado e abusos sexuais cometidos por membros que deveriam prover afeto e proteção. A compreensão fenomenológica da violência exige analisar a intersecção de traços socioculturais patriarcais, racismo, dinâmicas de dominação adultocêntrica e a reprodução de padrões relacionais aprendidos nas famílias de origem.

O ciclo da violência intrafamiliar tende a se perpetuar de forma espiralada, iniciando-se com a fase de construção de tensão através de ofensas e ameaças veladas, evoluindo para o episódio agudo de explosão violenta física ou verbal, e desaguando na fase de retratação e reconciliação, comumente denominada "lua de mel". Sem a intervenção técnica externa e a quebra desse padrão, os intervalos entre os episódios violentos diminuem e a gravidade das agressões aumenta progressivamente, podendo culminar em tragédias fatais. O trabalho social atua para quebrar a negação e a invisibilidade, permitindo aos envolvidos reconhecerem o ciclo e buscarem ajuda especializada.

Aula 11.2: Violência contra Crianças e Adolescentes e Notificação Compulsória

A proteção de crianças e adolescentes contra a violência física, psicológica, sexual e negligência grave perpetradas por pais e cuidadores é dever absoluto imposto às equipes do trabalho social e do Sistema de Garantia de Direitos. A suspeita ou confirmação de maus-tratos exige dos profissionais postura firme, escuta técnica protetiva que impeça a devassa da intimidade do menor, e a realização da notificação compulsória

imediatamente aos órgãos de proteção legal, em especial ao Conselho Tutelar e autoridades policiais competentes, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A notificação compulsória não possui caráter de denúncia criminal policial por parte do técnico, mas cumpre a função legal e ética de acionar os mecanismos públicos de proteção social da infância. A equipe multiprofissional deve manter o acompanhamento socioassistencial da família paralelamente às providências de proteção tomadas pelos órgãos judiciais, atuando para responsabilizar os agressores, fortalecer a figura de parentes não agressores que possam proteger o menor e oferecer suporte psicossocial para a elaboração dos traumas vividos pela criança no ambiente familiar.

Aula 11.3: Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher

O enfrentamento à violência de gênero praticada contra a mulher no âmbito doméstico exige a aplicação rigorosa dos diretrizes da Lei Maria da Penha e a articulação com a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. O trabalho social desenvolvido pelas equipes socioassistenciais foca na quebra da dependência emocional, psicológica e financeira da vítima em relação ao agressor, oferecendo um espaço seguro de escuta, orientação jurídica básica, inserção em programas de autonomia de renda e encaminhamento para serviços de acolhimento provisório de urgência em casos de risco iminente de feminicídio.

A intervenção psicossocial atua para que a mulher consiga ressignificar sua trajetória, desconstruir a culpa internalizada e desenvolver o sentimento de autoeficácia para tomar decisões relativas à sua segurança e à dos seus filhos. O acompanhamento social articula providências operacionais como o acesso a medidas protetivas de urgência concedidas pela Justiça, a inclusão prioritária no Bolsa Família com titularidade feminina, e o direcionamento para cursos de qualificação profissional e fomento ao trabalho individual ou cooperativo. O apoio fortalecido assegura a sustentabilidade do rompimento definitivo com o agressor.

Aula 11.4: Negligência, Abandono e Violência contra a Pessoa Idosa

A violência contra a pessoa idosa manifesta-se de forma oculta no ambiente familiar, englobando agressões físicas, abusos psicológicos recorrentes, negligência no provimento de cuidados básicos de higiene, alimentação e medicação, e a apropriação indébita ou exploração da aposentadoria e proventos financeiros do idoso pelos próprios filhos ou parentes. A dependência física, cognitiva e financeira torna o idoso extremamente vulnerável e temeroso de denunciar os próprios familiares por medo de sofrer retaliações, abandono definitivo ou acolhimento em instituições de longa permanência contra a sua vontade.

A atuação do trabalho social envolve visitas domiciliares de averiguação técnica cuidadosamente conduzidas, avaliação do grau de dependência da pessoa idosa e mapeamento da rotina de cuidados do lar. A equipe deve intervir para estancar a superexploração financeira e os maus-tratos, orientando os familiares sobre as responsabilidades legais e éticas do

cuidado com os idosos previstas no Estatuto da Pessoa Idosa. Quando necessário, o serviço aciona a Defensoria Pública para a regularização de curatelas, promove a inclusão do idoso em Centros Dia socioassistenciais para romper a sobrecarga do cuidador, e notifica o Ministério Público em casos de violação grave.

Aula 11.5: Planos de Proteção e Redes Sociais de Retaguarda

A elaboração do Plano de Proteção Individual e Familiar é o instrumento técnico decisivo para garantir a integridade de pessoas vítimas de violência intrafamiliar continuada. O plano é construído colaborativamente entre o profissional socioassistencial e a pessoa atingida, mapeando minuciosamente os fatores de risco do ambiente, os gatilhos geradores da violência, os recursos de emergência disponíveis e as redes sociais de retaguarda que podem ser acionadas em momentos de crise aguda. O plano inclui senhas de comunicação com vizinhos, armazenamento de documentos pessoais essenciais e definição prévia de locais seguros para abrigo.

A consolidação de redes sociais de retaguarda visa romper o isolamento imposto pelo agressor à vítima, reconectando-a a familiares distantes, amigas de confiança, lideranças comunitárias e equipamentos públicos do território. A rede de retaguarda atua como um escudo comunitário de vigilância e apoio, monitorando a segurança do imóvel e oferecendo auxílio prático imediato. O acompanhamento contínuo da equipe do CREAS assegura que o Plano de Proteção permaneça atualizado e eficaz,

permitindo a transição da situação de violência para uma condição sustentável de segurança e cidadania.

Módulo 12: Articulação em Rede, Intersectorialidade e Sistema de Garantia de Direitos

Aula 12.1: Conceituação e Desafios da Trabalho em Rede no SUAS

O trabalho em rede no âmbito do Sistema Único de Assistência Social fundamenta-se na compreensão de que nenhuma política pública isolada possui capacidade teórica ou operacional para responder à totalidade da complexidade das demandas sociais apresentadas pelas famílias contemporâneas. A rede socioassistencial constitui-se pela articulação sinérgica e horizontal entre os serviços públicos estatais (CRAS, CREAS, Centros POP) e as entidades privadas sem fins lucrativos que integram a Proteção Social Básica e Especial no território. O objetivo central é superar a fragmentação histórica das ofertas e garantir a integralidade da atenção socioassistencial.

Os maiores desafios para a consolidação de redes efetivas envolvem a superação do corporativismo institucional, a assimetria de informações entre os equipamentos públicos, a rotatividade frequente de profissionais e a prevalência de práticas burocráticas de encaminhamento descompromissado. Construir uma rede real exige o alinhamento contínuo de fluxos operacionais, o estabelecimento de canais de comunicação

diretos e confiáveis entre os técnicos, e a realização periódica de reuniões interinstitucionais de estudo de casos complexos. O trabalho em rede amplia a resolutividade das ações e impede que a família fique à deriva nos meandros institucionais do Estado.

Aula 12.2: Intersetorialidade na Prática: Assistência, Saúde, Educação e Justiça

A intersectorialidade qualificada manifesta-se no alinhamento concreto de estratégias, metas e recursos entre a Assistência Social e as demais políticas sociais de corte universal, especialmente a Saúde, a Educação, a Habitação e o Sistema de Justiça. As demandas trazidas pelas famílias articulam de forma indissociável a necessidade de renda assistencial com a busca por tratamento de saúde mental, acesso a vagas em creches públicas, moradia digna e resolução de litígios jurídicos familiares. A atuação isolada de um único setor produz soluções parciais que não sustentam a autonomia do núcleo familiar no tempo.

A operacionalização da intersectorialidade exige das equipes a pactuação de fluxos de referência e contra-referência funcionais e desburocratizados. Na prática cotidiana, isso traduz-se em reuniões conjuntas entre o CRAS, a Estratégia Saúde da Família e os gestores da Escola do bairro para planejar intervenções unificadas junto a famílias com crianças em situação de evasão escolar ou desnutrição. A integração com o Poder Judiciário e a Defensoria Pública deve pautar-se na cooperação técnica respeitosa, garantindo que as avaliações sociais do SUAS subsidiem decisões

judiciais humanizadas e protetivas, sem sujeitar o trabalho social ao papel de mero órgão fiscalizador da Justiça.

Aula 12.3: O Sistema de Garantia de Direitos e a Atuação do Conselho Tutelar

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) articula instâncias públicas governamentais e da sociedade civil para a promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos fundamentais da infância e juventude. O SGDCA estrutura-se em três eixos estratégicos de atuação: a Promoção de Direitos (operada pelas políticas sociais básicas como educação, saúde e assistência), a Defesa de Direitos (operada pelo Judiciário, Ministério Público, Defensoria e Conselho Tutelar) e o Controle Social (operado pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente).

O Conselho Tutelar atua como órgão autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. A relação entre os serviços socioassistenciais (CRAS e CREAS) e o Conselho Tutelar deve ser pautada pela clareza de atribuições, cooperação técnica e respeito às competências de cada órgão. O Conselho Tutelar requisita serviços socioassistenciais para famílias em situação de violação de direitos, enquanto as equipes do SUAS prestam o atendimento psicossocial necessário. A clareza nos limites institucionais evita a sobreposição de tarefas e garante a proteção integral sem causar sobrecarga ou conflitos operacionais.

Aula 12.4: Mapeamento da Rede Socioassistencial e Recursos Comunitários

O mapeamento sistemático e atualizado da rede socioassistencial e dos recursos comunitários é um instrumento técnico indispensável para a eficácia do trabalho social territorializado. Esse mapeamento consiste na identificação detalhada de todos os serviços públicos, entidades assistenciais não governamentais, movimentos sociais, coletivos culturais, associações de moradores, cooperativas de trabalho e grupos de apoio mútuo presentes na região de abrangência do equipamento assistencial. Conhecer a totalidade dos recursos disponíveis amplia o leque de possibilidades de intervenção técnica para além das ofertas estatais diretas.

A elaboração do guia de serviços e oportunidades do território exige contatos periódicos, visitas institucionais de alinhamento e verificação concreta da qualidade e perfil das atuações prestadas por cada entidade da rede. A equipe técnica deve avaliar a idoneidade, o alinhamento ético com os Direitos Humanos e a gratuidade das ofertas prestadas por organizações parceiras antes de realizar encaminhamentos de usuários. O mapeamento contínuo permite identificar lacunas na cobertura de serviços do bairro, fundamentando reivindicações fundamentadas junto aos gestores públicos para a criação de novos equipamentos assistenciais necessários.

Aula 12.5: Fluxos de Referência e Contra-Referência na Rede Socioassistencial

A estruturação do sistema de referência e contra-referência garante a continuidade, o monitoramento e a fluidez do atendimento prestado às famílias à medida que transitam entre os diferentes serviços de proteção da assistência social e de outras políticas setoriais. A referência é o ato técnico de encaminhar fundamentadamente a família ou indivíduo do serviço de origem para outro equipamento da rede socioassistencial ou intersetorial mais adequado para responder à demanda diagnosticada (por exemplo, a referência do CRAS para o CREAS em caso de constatação de violência doméstica).

A contra-referência é o retorno obrigatório de informações prestadas pelo serviço de destino ao serviço de origem, comunicando o acolhimento do caso, o início do acompanhamento especializado e as condutas adotadas. A efetividade do mecanismo exige a padronização de guias de encaminhamento formais, registros e prontuários integrados e contatos diretos entre os técnicos de ponta. A gestão adequada da referência e contra-referência evita que o usuário permaneça desassistido nas lacunas institucionais, garante o acompanhamento longitudinal da família e assegura a transparência na responsabilização das ofertas públicas.

Módulo 13: Trabalho Social com Famílias em Diversas Configurações e Ciclos de Vida

Aula 13.1: Acompanhamento de Famílias Monoparentais Chefiadas por Mulheres

As famílias monoparentais chefiadas por mulheres representam uma das arranjos familiares mais expressivos nas estatísticas de atendimento socioassistencial, apresentando elevada concentração de vulnerabilidades socioeconômicas e sobrecarga relacional. Essas mulheres acumulam sozinhas a responsabilidade pelo fornecimento da renda doméstica, a realização do trabalho doméstico não remunerado e o cuidado diário com o desenvolvimento e educação dos filhos, frequentemente enfrentando a ausência completa de apoio financeiro e afetivo dos pais biológicos ou da rede familiar estendida.

O acompanhamento social qualificado a essas famílias exige a adoção de uma perspectiva feminista e interseccional, reconhecendo que a pobreza dessas mulheres é agravada pelas desigualdades históricas do mercado de trabalho, disparidade salarial de gênero e discriminação racial. As estratégias do trabalho social devem focar no alívio da sobrecarga de cuidado através da garantia do acesso prioritário de seus filhos a creches públicas em tempo integral e escolas de turno expandido, na inclusão da mulher em programas de qualificação profissional de alto valor no mercado, e na inserção em programas de transferência de renda que garantam a estabilidade financeira imediata do lar.

Aula 13.2: O Trabalho Social junto a Famílias LGBTQIA+ e Diversidade

A atuação profissional junto a famílias LGBTQIA+ — constituídas por casais homoafetivos, pessoas trans com filhos, famílias reconfiguradas e arranjos afetivos diversos — exige o cumprimento intransigente do princípio ético da não discriminação, do respeito à diversidade sexual e de gênero e da promoção dos Direitos Humanos. Essas famílias frequentemente enfrentam formas severas de violência simbólica, rejeição da família de origem, segregação comunitária e barreiras no acesso a direitos civis e serviços públicos básicos, o que gera elevados níveis de vulnerabilidade social e estresse interpessoal.

A intervenção socioassistencial deve acolher a autodefinição da identidade de gênero e da orientação sexual dos sujeitos, garantindo o uso do nome social no atendimento e no preenchimento de cadastros oficiais sem ressalvas ou preconceitos. O trabalho psicossocial com a família e a comunidade foca na desconstrução de estigmas homofóbicos e transfóbicos, no fortalecimento da autoestima e dos laços afetivos do casal e na proteção de crianças e adolescentes criados nesses núcleos contra o preconceito e o bullying escolar. A equipe atua também no apoio a jovens LGBTQIA+ que sofrem expulsão do domicílio pelos pais, promovendo a mediação familiar ou garantindo o acolhimento protetivo adequado.

Aula 13.3: Intervenção junto a Famílias em Processo de Envelhecimento

O acelerado processo de envelhecimento populacional impõe a necessidade de desenhar estratégias de acompanhamento social adaptadas às demandas específicas das famílias com pessoas idosas ou em fase avançada do ciclo vital. A convivência geracional traz desafios

relacionados à diminuição progressiva da capacidade funcional e cognitiva dos idosos, ao surgimento de doenças crônicas degenerativas, à aposentadoria insuficiente e à emergência de conflitos interpessoais derivados das exigências do cuidado de longa duração.

O trabalho social atua para fortalecer as capacidades protetivas da família sem sobrecarregar um único cuidador familiar, promovendo a corresponsabilidade interpessoal e a divisão equitativa das tarefas do cuidado entre homens e mulheres do lar. A equipe do CRAS articula a concessão de benefícios como o BPC, promove a inserção da pessoa idosa em Grupos de Convivência e Centros Dia para estimular a autonomia e o convívio comunitário, e orienta a família sobre adequações de acessibilidade no imóvel. O acompanhamento previne o esgotamento do cuidador, a institucionalização desnecessária e a ocorrência de negligência e maus-tratos no lar.

Aula 13.4: Acompanhamento de Famílias com Pessoas com Deficiência

O acompanhamento de famílias que possuem integrantes com deficiência física, intelectual, sensorial ou múltipla exige do profissional socioassistencial uma abordagem fundamentada no modelo social da deficiência. Esse paradigma desloca a limitação da esfera do indivíduo doente para as barreiras arquitetônicas, atitudinais, operacionais e sociais impostas pela sociedade que impedem a plena participação do sujeito em igualdade de condições. As famílias dessas pessoas vivenciam frequentemente o isolamento social, o empobrecimento pela necessidade

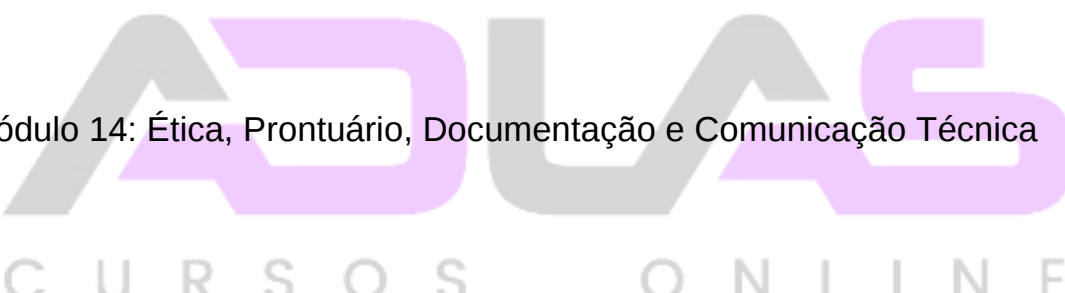
de dedicação contínua ao cuidado e o esgotamento físico dos cuidadores principais.

A intervenção técnica foca na eliminação das barreiras de acesso aos direitos assistenciais, garantindo a concessão do BPC, o passe livre no transporte e a inclusão em serviços de habilitação e reabilitação integrados com a saúde e a educação inclusiva. O trabalho social oferece suporte psicossocial continuado para ressignificar as expectativas parentais, promover a autonomia possível da pessoa com deficiência e estruturar redes comunitárias de apoio para aliviar a carga de trabalho dos cuidadores familiares. A inclusão da pessoa com deficiência em oficinas coletivas e projetos de vida autônoma fortalece sua cidadania e protagonismo social.

Aula 13.5: O Trabalho Social com Famílias de Povos e Comunidades Tradicionais

O acompanhamento socioassistencial prestado a famílias pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais — como povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas e populações ciganas — exige das equipes técnicas o mais estrito respeito à sociodiversidade, aos modos de vida tradicionais, às formas próprias de organização social e às concepções singulares de família e parentesco que cada grupo desenvolve histórica e culturalmente em seu território. Aplicar parâmetros eurocêntricos ou urbanos de família a essas populações configura violência institucional e desrespeito à legislação socioassistencial.

A atuação das equipes volantes do CRAS nesses territórios deve pautar-se pela escuta qualificada, pela mediação cultural e pelo diálogo intercultural horizontal, construindo metodologias de atendimento em articulação direta com as lideranças tradicionais do local. O trabalho social visa garantir o acesso a benefícios assistenciais, documentação civil e serviços setoriais sem impor a perda das identidades e práticas culturais nativas. O profissional atua na defesa dos direitos territoriais e ambientais dessas comunidades, compreendendo que a preservação do território tradicional é pré-requisito indissociável da sustentabilidade e proteção social dessas famílias.



Módulo 14: Ética, Prontuário, Documentação e Comunicação Técnica

Aula 14.1: O Prontuário SUAS e o Registro Ético de Atendimentos

O Prontuário SUAS é o documento técnico, institucional e público de registro continuado das informações socioassistenciais, diagnósticos, planos de acompanhamento e intervenções realizadas junto às famílias atendidas nos serviços da Proteção Social Básica e Especial. O preenchimento adequado do prontuário é um dever ético, técnico e normativo das equipes multiprofissionais, garantindo a memória institucional do acompanhamento, a continuidade da atenção socioassistencial mesmo diante da rotatividade de profissionais e a transparência na gestão dos atendimentos da unidade pública.

O registro no prontuário deve pautar-se pelo rigor metodológico, objetividade, linguagem técnica precisa e absoluto alinhamento com os Códigos de Ética Profissional dos assistentes sociais e psicólogos. É terminantemente proibido registrar no prontuário comentários jocosos, juízos de valor moral sobre a vida íntima do usuário, adjetivações Pejorativas ou detalhes irrelevantes que firam a dignidade da família. As informações registradas devem focar na evolução das vulnerabilidades, no cumprimento das metas pactuadas no PAF e nos desdobramentos dos encaminhamentos realizados pela equipe, garantindo o acesso da família ao seu prontuário quando solicitado.

Aula 14.2: Elaboração de Relatórios, Laudos e Pareceres Sociais

A redação de relatórios, laudos e pareceres sociais constitui uma das atribuições de maior responsabilidade técnica e repercussão social dos profissionais socioassistenciais, sendo frequentemente requisitada pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar e órgãos gestores das políticas públicas. O relatório social é a exposição descritiva, circunstanciada e analítica da situação de uma família no seu contexto socioeconômico e relacional. O parecer social é a manifestação opinativa e conclusiva fundamentada em conhecimentos teóricos que expressa uma avaliação técnica e orienta a tomada de decisão das autoridades requerentes.

A confecção desses documentos exige rigor de linguagem, clareza expositiva, fundamentação na literatura científica da área e nítida separação entre a descrição dos fatos concretos observados e a análise interpretativa produzida pelo profissional. O texto deve evitar o jargão corporativo hermético e a prolixidade inútil, focando na resposta direta aos quesitos formulados pelas instâncias de solicitação sem comprometer a densidade analítica do caso. O profissional deve manter sua autonomia técnica, emitindo posicionamentos isentos de pressões institucionais e comprometidos exclusivamente com a defesa dos Direitos Humanos e do bem-estar da família.

Aula 14.3: Comunicação Técnica e Interação com o Sistema de Justiça

A comunicação técnica e a interação institucional entre os profissionais socioassistenciais do SUAS e os operadores do Sistema de Justiça (juízes, promotores, defensores públicos) exigem o estabelecimento de limites éticos e operacionais claros que resguardem as atribuições específicas de cada política pública. A atuação dos técnicos dos serviços socioassistenciais difere da atuação dos peritos do Poder Judiciário. Enquanto o perito judicial atua pontualmente para instruir o processo legal com provas técnicas, o profissional do SUAS atua na atenção e acompanhamento social continuado, visando a proteção e a autonomia da família no território.

A linguagem e o tom da comunicação técnica com o Judiciário devem ser formais, objetivos e fundamentados na legislação vigente, mantendo o foco na garantia de direitos e na prestação de informações estritamente

necessárias para a proteção de sujeitos vulneráveis. A equipe do SUAS deve recusar requisições judiciais que exijam o desempenho de papéis de investigação policial, fiscalização de conduta privada ou intimação de testemunhas, garantindo que o serviço assistencial não seja percebido pela população do território como um braço punitivo ou fiscalizador da Justiça.

Aula 14.4: Ética Profissional e Guarda de Informações Confidenciais

O exercício profissional no trabalho social com famílias impõe a guarda rigorosa do sigilo sobre informações confidenciais conhecidas em razão do atendimento psicossocial. O segredo profissional não é um privilégio do técnico, mas um direito fundamental do usuário à privacidade, à intimidade e à proteção de sua honra e imagem, sendo indispensável para a manutenção do vínculo de confiança entre a população atendida e os serviços do Estado. A quebra do sigilo profissional configura infração ética e legal gravíssima, sujeita a sanções administrativas e disciplinares pelos Conselhos de Classe.

A revelação do sigilo de informações de atendimento é admitida apenas em situações excepcionais de extrema gravidade, nas quais a manutenção do segredo traga risco iminente de morte ou grave violação de direitos da vida e integridade física de crianças, adolescentes, idosos, pessoas incapazes ou dos próprios profissionais. Mesmo nesses casos de justa causa, a revelação de dados deve limitar-se estritamente ao estritamente necessário para prestar o socorro ou promover a medida

judicial de proteção indispensável, mantendo a confidencialidade do restante do histórico familiar.

Aula 14.5: Sigilo no Trabalho em Equipes Multiprofissionais

O trabalho psicossocial no âmbito do SUAS é desenvolvido predominantemente por equipes multiprofissionais, envolvendo prioritariamente assistentes sociais e psicólogos, além de educadores e pedagogos sociais. O compartilhamento de informações sobre o histórico e a dinâmica das famílias entre os membros da equipe de atendimento é legítimo e necessário para o planejamento interdisciplinar, elaboração do estudo social e condução do acompanhamento familiar do PAF e PAEFI.

No entanto, o compartilhamento de dados confidenciais na equipe multidisciplinar deve pautar-se pelo princípio da necessidade técnico-operacional, restringindo a circulação de informações aos profissionais que atuam diretamente no atendimento do caso. Detalhes íntimos da vida dos usuários que não possuem relevância técnica para a formulação do plano de proteção social não devem ser expostos em reuniões abertas de equipe ou em ambientes informais de convivência do serviço. Todos os integrantes da equipe multiprofissional, inclusive estagiários e funcionários administrativos, estão vinculados ao dever de confidencialidade e guarda de sigilo.

Módulo 15: Gestão, Monitoramento e Avaliação do Trabalho Social

Aula 15.1: Gestão de Processos de Trabalho nas Unidades Socioassistenciais

A gestão dos processos de trabalho nos equipamentos socioassistenciais (CRAS, CREAS, Centros POP) é o elemento estruturante que condiciona a qualidade, a eficácia e a humanização do atendimento prestado às famílias vulneráveis no território. Uma gestão eficiente exige o alinhamento claro da divisão de tarefas entre a equipe técnica e administrativa, a definição justa da distribuição da carga de acompanhamentos familiares por profissional, a organização transparente da agenda semanal de atendimentos e a implantação de fluxos internos de recepção, encaminhamento e registro de demandas dos usuários.

O coordenador da unidade deve atuar de forma democrática e participativa, promovendo reuniões periódicas de planejamento e alinhamento do trabalho técnico, estimulando a cooperação interdisciplinar e garantindo condições materiais dignas de infraestrutura, transporte e insumos operacionais para as equipes de campo. A gestão adequada dos processos previne a ocorrência de gargalos burocráticos no atendimento, reduz o tempo de espera da população por suporte social e combate a sobrecarga física e emocional do corpo técnico, garantindo um ambiente de trabalho produtivo e focado na garantia de direitos.

Aula 15.2: Planejamento Estratégico do Serviço e Indicadores Territoriais

O planejamento estratégico no âmbito do trabalho social com famílias é o processo contínuo de definição de prioridades operacionais, alocação de recursos públicos e estabelecimento de metas com base no diagnóstico socioterritorial atualizado da região de abrangência. Planejar estrategicamente impede que a unidade assistencial atue de forma meramente reativa e improvisada diante das demandas cotidianas, permitindo direcionar ações preventivas focadas e proativas para os bolsões de maior exclusão social do município.

A construção do planejamento estratégico utiliza indicadores territoriais consolidados, tais como o número de famílias em extrema pobreza cadastradas no CadÚnico, os índices de violência doméstica notificados no bairro, a taxa de evasão escolar local, o quantitativo de benefício de prestação continuada concedido e o perfil demográfico da região. A análise cruzada desses dados orienta a definição da quantidade de oficinas do PAIF a serem ofertadas no ano, o dimensionamento das visitas domiciliares prioritárias e o estabelecimento do cronograma de buscas ativas e ações comunitárias em áreas periféricas ou de difícil acesso.

Aula 15.3: Monitoramento de Resultados e Avaliação do Trabalho Social

O monitoramento e a avaliação de resultados constituem etapas indispensáveis no ciclo de gestão das ofertas socioassistenciais para verificar se as intervenções do trabalho social estão gerando transformações reais e sustentáveis na qualidade de vida das famílias atendidas. O monitoramento consiste no acompanhamento sistemático e rotineiro da execução das atividades programadas, medindo o alcance de

metas quantitativas de atendimento, o cumprimento de prazos do PAF e a eficiência na alocação dos benefícios e recursos da unidade.

A avaliação de impacto busca analisar as mudanças qualitativas ocorridas na realidade sociofamiliar após a intervenção técnica continuada, verificando se houve superação das vulnerabilidades econômicas, restauração das funções protetivas parentais, mitigação de violações de direitos e ampliação do protagonismo cidadão dos sujeitos. A utilização de dados de satisfação dos usuários, pesquisas de evolução do ambiente familiar e reuniões conjuntas de avaliação permite à equipe reorientar metodologias ineficazes, aprimorar a qualidade das ofertas públicas e prestar contas de forma transparente à sociedade sobre os investimentos sociais realizados.

Aula 15.4: Formação Continuada e Educação Permanente de Profissionais

A complexidade e as constantes mutações das pautas sociais apresentadas pelas famílias vulneráveis exigem que os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social estejam inseridos em processos estruturados de educação permanente e formação continuada. A atualização teórica, metodológica e normativa sistemática é pressuposto para manter a qualidade da escuta qualificada, a precisão diagnóstica dos estudos de caso e a eficácia das intervenções psicossociais das equipes interdisciplinares nos equipamentos públicos.

A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS orienta que as capacitações profissionais superem o formato de palestras pontuais e descontextualizadas, organizando-se a partir da reflexão crítica sobre a própria prática diária vivenciada pelas equipes no chão dos serviços. Os momentos de formação devem reunir profissionais de diferentes níveis de atenção para debater a aplicação prática de novos protocolos, metodologias de intervenção coletiva, inovações normativas e o alinhamento ético-político. O investimento na qualificação contínua dos trabalhadores traduz-se no aprimoramento direto da proteção prestada à população.

Aula 15.5: Saúde Mental e Prevenção do Esgotamento Profissional (Burnout)

As equipes multiprofissionais do trabalho social na assistência social atuam diariamente em contato direto com cenários de extrema miséria, violência grave, abusos de vulneráveis, tragédias familiares e escassez crônica de recursos institucionais para responder à totalidade das demandas populares. Essa exposição contínua e prolongada ao sofrimento humano e às mazelas sociais gera elevados níveis de desgaste emocional, estresse profissional e risco iminente de desenvolvimento da Síndrome de Burnout (esgotamento profissional) no corpo técnico dos serviços públicos.

A preservação da saúde mental dos trabalhadores do SUAS é dever institucional do órgão gestor público e pressuposto ético para a manutenção da qualidade das ofertas assistenciais prestadas aos

cidadãos. A gestão das unidades deve garantir espaços regulares de supervisão técnica e institucional dos casos atendidos, nos quais as equipes possam compartilhar angústias, reprocessar vivências de estresse de campo e receber suporte metodológico de retaguarda. Garantir condições dignas de salários, infraestrutura de atendimento, limite razoável de acompanhamentos por técnico e folgas de recuperação é indispensável para evitar o adoecimento e a rotatividade dos profissionais.

Módulo 16: Desafios Contemporâneos e Tendências no Trabalho Social com Famílias

Aula 16.1: O Impacto das Tecnologias da Informação e Atendimento Virtual

A incorporação acelerada das Tecnologias da Informação e Comunicação e a emergência de atendimentos virtuais e remotos transformaram profundamente a operacionalização do trabalho social com famílias nas políticas assistenciais. A utilização de canais institucionais digitais de mensagens, cadastramentos online, prontuários eletrônicos interligados e videochamadas abriu novas possibilidades de agilização do acesso aos benefícios socioassistenciais e facilitação do contato emergencial entre as equipes técnicas e a população usuária do território.

No entanto, a transição digital traz desafios éticos, metodológicos e de acessibilidade que precisam ser rigorosamente ponderados pelos

profissionais. A utilização de meios virtuais no trabalho social exige a observância intransigente das diretrizes de proteção de dados e guarda do sigilo das conversas mantidas com os usuários em plataformas digitais. A equipe técnica deve atentar para a exclusão digital que afeta justamente a parcela mais vulnerável da população do território, garantindo que os canais presenciais de atendimento no CRAS e CREAS permaneçam amplos e acessíveis sem restrições ou barreiras tecnológicas penosas aos usuários.

Aula 16.2: Mudanças Climáticas, Eventos Extremos e Desastres Socioambientais

Os impactos devastadores causados pelo agravamento das mudanças climáticas globais e a ocorrência cada vez mais frequente de eventos climáticos extremos — tais como temporais destrutivos, deslizamentos de terras, inundações severas e secas prolongadas — colocam a gestão de emergências e desastres no centro prioritário do trabalho social com famílias. Os desastres socioambientais não atingem a população de forma democrática, afetando desproporcionalmente as famílias vulneráveis e extremamente pobres que residem em favelas, encostas de morros, baixadas e áreas precárias desprovidas de infraestrutura pública.

A atuação das equipes do trabalho social no contexto de calamidades públicas envolve o acolhimento emergencial humanizado das famílias desabrigadas em abrigos provisórios, a identificação e cadastro rápido dos desabrigados, a distribuição equitativa e digna de suprimentos básicos e a articulação para a concessão prioritária do Auxílio Vulnerabilidade. Na

fase posterior ao desastre, a equipe realiza o acompanhamento intensivo para a reconstrução das condições habitacionais, a superação dos traumas emocionais da perda de bens e entes queridos, e a reinserção social sustentável das famílias em territórios seguros.

Aula 16.3: Trabalho Infanto-Juvenil e as Novas Formas de Exploração

O combate e a erradicação do trabalho infantil e das novas formas de exploração econômica de crianças e adolescentes continuam a constituir pauta estratégica, complexa e desafiadora para as equipes do trabalho social no Sistema Único de Assistência Social. Além das formas tradicionais de trabalho infantil rural, doméstico ou no comércio informal de rua, emergiram novas configurações de exploração, tais como a utilização de crianças por facções do crime organizado no tráfico local de entorpecentes, a exploração comercial digital de menores em redes sociais e plataformas virtuais, e o trabalho penoso na entrega de aplicativos.

A intervenção socioassistencial exige a identificação precisa e precoce dessas dinâmicas por meio da busca ativa contínua das equipes do CRAS e do CREAS nos pontos de maior vulnerabilidade do território. O acompanhamento social da família do menor trabalhador recusa a postura puramente punitiva, combinando a inserção imediata da família em programas de transferência de renda para compensar a perda do ganho financeiro trazido pela criança, com a inclusão prioritária do menor no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em horário contraturno escolar e o acionamento dos órgãos de fiscalização do trabalho.

Aula 16.4: Migração, Refúgio e Famílias Transnacionais

O aumento substancial dos fluxos migratórios internacionais, do refúgio e do deslocamento forçado de famílias provenientes de países em situação de crise econômica, guerras ou perseguições políticas impõe a necessidade de desenhar estratégias adaptadas de acompanhamento social para esse público. As famílias migrantes e refugiadas vivenciam vulnerabilidades acrescidas no país de acolhimento, enfrentando barreira linguística profunda, dificuldade para a revalidação de diplomas profissionais, discriminação xenofóbica, ausência de redes comunitárias de suporte e barreiras de acesso à documentação civil e serviços públicos básicos.

O trabalho social voltado para famílias transnacionais exige a adoção de metodologias caracterizadas pela mediação intercultural, pela utilização de materiais informativos traduzidos para os idiomas de origem dos migrantes e pela garantia do acesso aos direitos assistenciais independentemente da situação documental migratória do sujeito. A equipe socioassistencial articula esforços com a rede setorial para garantir vagas escolares para as crianças migrantes, inserção em aulas de português como língua de acolhimento para os adultos, revalidação de competências e inclusão no mercado formal de trabalho ou iniciativas solidárias de geração de renda.

Aula 16.5: Perspectivas Futuras para a Proteção Social à Família

O futuro da proteção social direcionada às famílias na política de assistência social depende indissociavelmente da preservação, do fortalecimento e do financiamento público sustentável do Sistema Único de Assistência Social e dos preceitos constitucionais da seguridade social universal. As profundas transformações no mundo do trabalho precarizado, a financeirização da economia, o envelhecimento demográfico acelerado e a emergência de novas configurações de vulnerabilidade exigem a modernização contínua das metodologias e instrumentos do trabalho social sem abrir mão dos seus princípios ético-políticos fundantes.

A consolidação de uma proteção social universal e resolutive requer o combate permanente à mercantilização e privatização dos serviços assistenciais, o fortalecimento do controle social e da participação popular na gestão das políticas públicas, e o reconhecimento e valorização salarial dos profissionais que atuam nos equipamentos da rede pública. O trabalho social com famílias reafirma sua missão ética de promover a dignidade humana, a autonomia dos sujeitos, o fortalecimento dos afetos, a justiça social e a construção de uma sociedade livre de opressões e desigualdades estruturais.

Módulo Extra

Fontes de referência sugeridas para estudos complementares

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, 2009.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social. Brasília: MDS, 2009.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas para o CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Brasília: MDS, 2011.

Brasil. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e suas alterações.

Brasil. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

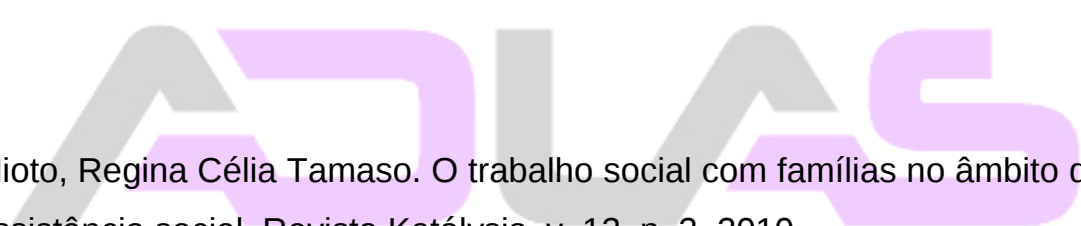
Brasil. Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto da Pessoa Idosa.

Brasil. Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha.

Brasil. Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. Brasília: CFESS.

Conselho Federal de Psicologia - CFP. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP.



Mioto, Regina Célia Tamaso. O trabalho social com famílias no âmbito da assistência social. Revista Katálysis, v. 13, n. 2, 2010.

Kaloustian, Silvio Manoug (Org.). Família brasileira, a base de tudo. São Paulo: Cortez, 2010.

Sarti, Cynthia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2011.

Yunes, Maria Angela Mattar. A questão da resiliência e a promoção do desenvolvimento humano na família. Psicologia em Estudo, v. 8, 2003.

Bronfenbrenner, Urie. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

